



Hierarquias da morte: espaço funerário, distinção social e memória no Cemitério da Consolação (São Paulo, século XIX)¹

Hierarchies of death: funerary space, social distinction, and memory in the Consolação Cemetery (São Paulo, 19th Century)

Gustavo Sanches da Silva Morales²

Resumo: O presente artigo analisa as transformações das práticas funerárias e da organização do espaço funerário na cidade de São Paulo durante o século XIX, com foco na criação e consolidação do Cemitério da Consolação. O objetivo é compreender como a implantação desse cemitério público refletiu mudanças urbanas, sanitárias e sociais, contribuindo para a formação de hierarquias no universo da morte. A pesquisa baseia-se na análise de fontes primárias, incluindo atas da Câmara Municipal de São Paulo, legislações sanitárias, periódicos da época e registros relacionados à administração funerária, em diálogo com a historiografia sobre morte, memória e espaço urbano. Os resultados demonstram que a criação do Cemitério da Consolação, inaugurado em 1858, integrou o processo de modernização urbana impulsionado pelos discursos higienistas, mas também reproduziu desigualdades sociais por meio da diferenciação espacial das sepulturas e da preservação seletiva da memória. Conclui-se que o cemitério não constituiu apenas um local de sepultamento, mas um espaço de disputa simbólica, no qual se expressavam relações de poder, distinções sociais e mecanismos de construção e exclusão da memória coletiva.

Palavras-chave: Cemitério da Consolação; Espaço funerário; Memória social

Abstract: This article analyzes the transformations of funerary practices and the organization of funerary space in the city of São Paulo during the nineteenth century, focusing on the creation and consolidation of the Consolação Cemetery. The objective is to understand how the establishment of this public cemetery reflected urban, sanitary, and social changes, contributing to the formation of hierarchies within the realm of death. The research is based on the analysis of primary sources, including minutes of the São Paulo City Council, sanitary legislation, contemporary newspapers, and records related to funerary administration, in dialogue with the historiography of death, memory, and urban space. The findings demonstrate that the creation of the Consolação Cemetery, inaugurated in 1858, was part of the urban modernization process driven by hygienist discourses, but also reproduced social inequalities through the spatial differentiation of graves and the selective preservation of memory. It is concluded that the cemetery was not merely a burial site, but a symbolic arena in which relations of power, social

¹ O presente artigo deriva de pesquisa realizada no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), posteriormente ampliada e revisada para publicação, tendo como objeto as transformações das práticas funerárias e a hierarquização social no Cemitério da Consolação, em São Paulo, ao longo do século XIX.

² Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bacharel e licenciado em História. Desenvolve pesquisas na área de História Social da Morte, com ênfase nas práticas funerárias, nos espaços cemiteriais e nos processos de distinção social e construção da memória na cidade de São Paulo durante o século XIX. E-mail: g.morales@unifesp.br. ORCID: 0009-0000-1785-8909.



distinctions, and mechanisms of construction and exclusion of collective memory were expressed.

Keywords: Consolação Cemetery; Funerary space; Social memory

Introdução

A cidade de São Paulo passou, ao longo do século XIX, por profundas transformações urbanas, sociais e sanitárias que impactaram diretamente as formas de lidar com a morte e com os espaços destinados ao sepultamento. Essas mudanças estiveram relacionadas não apenas ao crescimento demográfico e à expansão da malha urbana, mas também à consolidação de novos saberes médicos e administrativos que passaram a interpretar a cidade como um organismo que precisava ser regulado, higienizado e reorganizado. Nesse sentido, a morte deixou de ser compreendida exclusivamente como um evento religioso e passou a ser tratada também como um problema de ordem pública e sanitária.

Entre essas mudanças, destaca-se a progressiva substituição dos enterramentos realizados no interior das igrejas pela criação de cemitérios públicos localizados fora dos limites urbanos tradicionais (Rodrigues, 1997, p. 45; Camargo, 2007, p. 63). Esse processo esteve inserido em um movimento mais amplo de reorganização das cidades ocidentais, intensificado a partir do século XVIII e aprofundado no século XIX, no qual as preocupações com a higiene, a circulação do ar e o controle dos espaços urbanos passaram a orientar intervenções cada vez mais sistemáticas por parte do poder público. A chamada medicina social e as teorias miasmáticas tiveram papel importante nesse processo, ao associarem a insalubridade urbana à presença de matéria orgânica em decomposição no interior das cidades.

Nesse contexto, a inauguração do Cemitério da Consolação, em 1858, representou um marco importante na reorganização das práticas funerárias na cidade, refletindo tanto as preocupações sanitárias da época quanto as transformações nas formas de organização social e espacial (Fuchs, 2019, p. 99). A criação desse novo espaço não apenas deslocou os mortos para fora do núcleo urbano tradicional, mas também instituiu novas formas de controle, regulação e ordenamento da morte, inserindo-a em uma lógica administrativa e territorial mais ampla. Esse deslocamento não pode ser entendido apenas como uma mudança técnica ou sanitária, mas como parte de um processo mais profundo de redefinição das sensibilidades sociais em relação à morte e ao corpo morto.



Este artigo tem como objetivo analisar as transformações ocorridas nas práticas funerárias e na organização espacial dos sepultamentos na cidade de São Paulo durante a segunda metade do século XIX, buscando compreender como esses processos refletiram as dinâmicas sociais, urbanas e culturais do período. A partir da implantação do Cemitério da Consolação, observa-se a emergência de uma nova configuração espacial no espaço funerário, marcada pela valorização de determinados setores do cemitério, pela construção de mausoléus monumentais e pela progressiva diferenciação entre áreas destinadas às elites e aos setores populares (Motta, 2023, p. 12; Fuchs, 2019, p. 120). Essa diferenciação espacial evidencia como o cemitério passou a funcionar como extensão das hierarquias sociais existentes em vida.

Essa nova configuração não deve ser compreendida apenas como resultado de fatores econômicos, mas também como expressão de práticas simbólicas e culturais que atribuíam significados distintos aos espaços de sepultamento. A escolha da localização das sepulturas, a construção de monumentos funerários e a própria materialidade dos túmulos estavam profundamente relacionadas à busca por distinção social e à construção de uma memória duradoura, evidenciando a articulação entre espaço, poder e representação social (Rodrigues, 1997, p. 88). Nesse sentido, o cemitério se torna um espaço privilegiado para observar como a memória social é construída de forma seletiva e hierarquizada.

A problemática central da pesquisa consiste em compreender de que maneira essas transformações nas práticas funerárias contribuíram para a construção e a consolidação de uma hierarquia social também no âmbito da morte. Nesse sentido, busca-se investigar como a organização espacial do cemitério, a valorização de determinados túmulos e a possibilidade de aquisição permanente de sepulturas contribuíram para a produção de distinções sociais no espaço funerário, reforçando relações de prestígio, propriedade e poder (Rodrigues, 1997, p. 95; Motta, 2023, p. 15). Trata-se, portanto, de compreender a morte não como niveladora das diferenças sociais, mas como um campo no qual essas diferenças são reorganizadas e, em muitos casos, aprofundadas.

Além disso, o estudo procura analisar o papel desempenhado pelas ideias higienistas e pelas novas legislações sanitárias do período, que defendiam o afastamento dos sepultamentos nas igrejas e das áreas centrais da cidade. Essas medidas não apenas transformaram a localização dos enterramentos, mas também contribuíram para redefinir



as práticas culturais relacionadas à morte e para estabelecer novas formas de organização do espaço funerário (Bertolli Filho, 1999, p. 34; Camargo, 2007, p. 72). Ao deslocar os mortos para espaços específicos e regulamentados, o poder público passou a exercer maior controle sobre práticas anteriormente vinculadas ao domínio religioso e comunitário, evidenciando um processo mais amplo de secularização e burocratização da morte.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa baseia-se em uma metodologia qualitativa, fundamentada na análise de fontes primárias diversas, como atas de sessões da Câmara Municipal de São Paulo, legislações sanitárias, periódicos da época e relatos visuais. Esses documentos permitem compreender tanto as decisões institucionais relacionadas à implantação dos cemitérios públicos quanto às reações e debates presentes na sociedade paulistana diante dessas mudanças. A análise dessas fontes é realizada em diálogo com a historiografia sobre morte, espaço funerário e hierarquização social, especialmente com base nos estudos de Rodrigues (1997), Fuchs (2019) e Camargo (2007), que ajudam a situar o caso paulistano dentro de um debate mais amplo sobre cultura da morte no século XIX.

Cabe destacar que o recurso a fontes como periódicos e documentos administrativos permite não apenas identificar medidas institucionais, mas também captar conflitos, resistências e negociações em torno das mudanças nas práticas funerárias. Esses registros evidenciam que a implementação dos cemitérios públicos não ocorreu de forma linear, sendo marcada por disputas entre diferentes grupos sociais, autoridades religiosas e agentes do poder público. Tais disputas revelam que a reorganização do espaço funerário também foi um campo de conflito simbólico, no qual estavam em jogo diferentes concepções de morte, corpo e memória.

Por fim, o artigo busca contribuir para a compreensão das relações sociais e culturais que envolvem os espaços funerários na cidade de São Paulo no século XIX. Parte-se da hipótese de que o cemitério não deve ser entendido apenas como um local de sepultamento, mas também como um espaço de afirmação de status, de disputa simbólica e de construção da memória social, no qual se refletem as hierarquias, as exclusões e as relações de poder presentes na sociedade paulistana daquele período (Rodrigues, 1997, p. 100; Fuchs, 2019, p. 155). Nesse sentido, o estudo dos espaços funerários permite lançar



luz sobre aspectos mais amplos da organização social, evidenciando como as desigualdades se inscrevem de maneira duradoura na paisagem urbana.

1. Historiografia da morte e dos espaços funerários

A historiografia dedicada à história da morte e aos espaços funerários no Brasil tem destacado o papel dos cemitérios como elementos fundamentais para a compreensão das relações sociais, culturais e urbanas nas cidades do século XIX. Longe de constituírem apenas locais destinados ao sepultamento, esses espaços passaram a ser interpretados como ambientes de produção de memória, afirmação de identidades sociais e reprodução de hierarquias (Rodrigues, 1997, p. 67; Fuchs, 2019, p. 106). A partir dessa perspectiva, diversos estudos têm buscado compreender como a organização dos espaços funerários refletiu e reforçou distinções sociais, além de evidenciar os impactos das transformações urbanas e das políticas higienistas na reorganização das práticas funerárias. Essa abordagem também se insere em um movimento mais amplo da historiografia contemporânea, que passou a valorizar os espaços urbanos como fontes privilegiadas para a análise das estruturas sociais.

Essa abordagem insere-se em um campo historiográfico mais amplo que compreende a morte como um fenômeno social e cultural, e não apenas biológico. Nesse sentido, os espaços funerários tornam-se particularmente relevantes por materializarem práticas, valores e disputas simbólicas, permitindo ao historiador observar como diferentes grupos sociais se relacionam com a memória, o corpo e o espaço urbano. Assim, o cemitério deixa de ser visto como um espaço marginal e passa a ocupar posição central na análise das dinâmicas sociais do período. Essa mudança de perspectiva acompanha também uma renovação metodológica da história social e cultural, que passou a considerar os rituais, os objetos e os espaços como formas de linguagem social.

Entre os autores que analisam essa relação entre morte e hierarquia social, destaca-se Cláudia Rodrigues, que argumenta que os espaços funerários devem ser compreendidos como ambientes profundamente vinculados às relações de poder e à construção da memória social. Segundo a autora, a localização das sepulturas, sua ornamentação e a própria configuração espacial dos cemitérios funcionavam como mecanismos de distinção social (Rodrigues, 1997, p. 80). No contexto brasileiro do século XIX, as elites buscavam ocupar áreas privilegiadas, frequentemente marcadas por



túmulos monumentais e mausoléus elaborados, enquanto os setores populares eram destinados a espaços menos valorizados e frequentemente precários. Essa lógica revela que o espaço funerário reproduz, de forma duradoura, desigualdades que estruturam a própria vida social.

Essa diferenciação espacial refletia não apenas desigualdades econômicas, mas também uma tentativa de perpetuar distinções sociais após a morte. A organização do espaço funerário estabelecia, assim, fronteiras simbólicas entre diferentes grupos sociais, reforçando a posição das elites na memória coletiva e contribuindo para a invisibilização de setores populares (Motta, 2023, p. 18). Em termos historiográficos, essa leitura aproxima o cemitério da ideia de “arquivo social”, no qual a memória não é neutra, mas seletiva, hierarquizada e constantemente disputada.

A relação entre espaço funerário e distinção social também é analisada por Felipe Fuchs, que destaca como a configuração espacial dos cemitérios passou a expressar uma lógica hierárquica presente na própria estrutura social das cidades. Para o autor, os cemitérios transformaram-se em espaços de afirmação simbólica de status, nos quais a construção de mausoléus, esculturas e monumentos funerários funcionava como forma de perpetuar a memória e o prestígio das famílias (Fuchs, 2019, p. 142). Ao enfatizar a dimensão urbana desses espaços, Fuchs contribui para compreender o cemitério como parte integrante da cidade, e não como um espaço isolado, evidenciando suas conexões com processos mais amplos de organização territorial e social. Essa interpretação reforça a ideia de que a cidade dos mortos é também uma extensão da cidade dos vivos, compartilhando suas hierarquias e contradições.

Outro elemento fundamental para compreender as transformações nos espaços funerários do século XIX é a influência das políticas higienistas e das reformas urbanas. Como observa Camargo, as preocupações sanitárias associadas ao crescimento das cidades levaram à progressiva substituição dos sepultamentos realizados no interior das igrejas pela criação de cemitérios públicos localizados fora das áreas centrais (Camargo, 2007, p. 65). Esse processo refletia uma nova concepção de cidade baseada em princípios de higiene, racionalização do espaço e controle institucional das práticas funerárias, indicando o fortalecimento da atuação do Estado na regulação da vida — e da morte — nas cidades. Nesse sentido, o higienismo não deve ser entendido apenas como discurso



médico, mas como um projeto de reorganização social mais amplo, que atingia diretamente as formas de convivência e os rituais coletivos.

Essa transformação pode ser melhor compreendida à luz das reflexões de Philippe Ariès, que identifica uma mudança nas atitudes diante da morte ao longo do tempo. Segundo o autor, a passagem de uma “morte domesticada”, vivida de forma coletiva e integrada ao cotidiano, para uma “morte interdita”, marcada pelo afastamento e pela crescente medicalização, revela alterações profundas nas sensibilidades sociais (Ariès, 2003, p. 45–52). No contexto brasileiro, essas mudanças assumiram características próprias, mantendo tensões entre práticas tradicionais e novas formas de organização social. Em vez de uma substituição imediata, observa-se um processo de convivência entre modelos distintos de lidar com a morte.

Nesse sentido, os estudos de João José Reis demonstram que a morte no Brasil oitocentista constituía um momento de intensa mobilização social, no qual rituais e práticas coletivas desempenhavam papel central na construção de vínculos comunitários (Reis, 1991, p. 89). A intervenção crescente do Estado e das autoridades sanitárias sobre esses rituais não apenas reorganizou o espaço urbano, mas também introduziu tensões entre tradição e modernização, evidenciando disputas e negociações entre diferentes agentes sociais. Essas disputas revelam que a morte era também um campo de conflito simbólico, no qual se confrontavam diferentes visões de mundo.

A implantação de cemitérios públicos, portanto, não representou apenas uma mudança sanitária, mas também contribuiu para a redefinição das relações sociais no espaço funerário. A organização interna desses espaços passou a reproduzir distinções sociais existentes na sociedade, estabelecendo áreas diferenciadas para distintos grupos sociais e reforçando processos de exclusão e hierarquização (Rodrigues, 1997, p. 98; Fuchs, 2019, p. 135). Esse processo reforça a ideia de que a modernização urbana não eliminou desigualdades, mas frequentemente as reorganizou sob novas formas espaciais.

A análise desses espaços permite compreender como as desigualdades sociais se projetam sobre o universo da morte, contribuindo para a construção de uma topografia social que organiza, de maneira simbólica e material, as relações entre diferentes grupos na sociedade. Ao mesmo tempo, essa perspectiva reforça a importância de considerar os cemitérios como fontes privilegiadas para compreender a produção da memória coletiva e as formas pelas quais a sociedade seleciona aquilo que deve ser lembrado ou esquecido.



2. Transformações urbanas e funerárias em São Paulo no século XIX

A organização dos espaços de sepultamento na cidade de São Paulo passou por profundas transformações ao longo do século XIX, acompanhando as mudanças urbanas, demográficas e sanitárias que marcaram o período. Essas transformações não podem ser entendidas isoladamente, pois estiveram diretamente vinculadas ao processo mais amplo de crescimento da cidade, à intensificação das atividades econômicas e à progressiva complexificação das relações sociais urbanas. Até as primeiras décadas deste século, os enterramentos eram majoritariamente realizados no interior das igrejas ou em seus arredores, prática que estava profundamente associada às concepções religiosas sobre a morte e à importância simbólica de permanecer próximo aos templos (Rodrigues, 1997, p. 48; Reis, 1991, p. 70). As igrejas funcionavam, assim, não apenas como locais de culto, mas também como espaços de distinção social, uma vez que a localização das sepulturas no interior dos templos refletia diferenças de status entre os indivíduos.

Essa prática não era exclusiva do contexto paulistano, mas fazia parte de uma tradição mais ampla do mundo católico, na qual a proximidade com o espaço sagrado era interpretada como um privilégio espiritual e social. Nesse sentido, o espaço da igreja articulava simultaneamente dimensões religiosas, sociais e políticas, funcionando como um dos principais marcadores de hierarquia na sociedade colonial e imperial. Dessa forma, o local de sepultamento não apenas expressava a posição do indivíduo na sociedade, mas também se articulava a concepções de salvação, intercessão e memória, reforçando vínculos entre os vivos e os mortos e garantindo a permanência simbólica das famílias no interior da comunidade.

A partir da primeira metade do século XIX, essas práticas passaram a ser progressivamente questionadas em razão do crescimento urbano e das novas preocupações com a saúde pública. O aumento da densidade populacional, aliado à precariedade das condições sanitárias, fez com que o espaço urbano passasse a ser percebido como um ambiente de risco, especialmente em momentos de surtos epidêmicos. Influenciadas pelas teorias higienistas, autoridades médicas e administrativas passaram a associar os sepultamentos em igrejas e áreas densamente povoadas à disseminação de doenças e à insalubridade das cidades (Bertolli Filho, 1999, p. 38; Camargo, 2007, p. 66). Nesse contexto, a legislação imperial buscou reorganizar as práticas funerárias, destacando-se a lei de 1º de outubro de 1828, que atribuía às câmaras



municipais a responsabilidade pela criação de cemitérios públicos fora dos templos religiosos (Brasil, 1828).

Mais do que uma simples medida administrativa, essa legislação representou uma mudança significativa na forma como a morte era gerida socialmente, ao transferir ao poder público a responsabilidade sobre os espaços de sepultamento e redefinir as relações entre religião, sociedade e administração urbana. Trata-se, nesse sentido, de um momento de inflexão no qual o Estado passa a assumir progressivamente funções que antes estavam vinculadas às instituições religiosas, revelando um processo mais amplo de secularização das práticas sociais relacionadas à morte.

A implementação dessas medidas, entretanto, não ocorreu de forma imediata nem consensual. Parte significativa da população manifestou resistência à transferência dos sepultamentos para áreas afastadas, uma vez que os rituais funerários estavam profundamente ligados às tradições religiosas e às práticas culturais estabelecidas. Enterrar os mortos próximos às igrejas era entendido como uma forma de garantir proteção espiritual e de manter vínculos simbólicos entre os vivos e os mortos (Reis, 1991, p. 95). Além disso, a própria presença do corpo no espaço religioso reforçava a ideia de continuidade entre comunidade dos vivos e comunidade dos mortos, o que tornava a ruptura particularmente sensível do ponto de vista cultural. Ainda assim, a recorrência de epidemias e o fortalecimento do discurso médico-sanitário contribuíram para consolidar gradualmente a aceitação das propostas higienistas.

Esse processo evidencia que as transformações nas práticas funerárias não ocorreram de forma linear, mas foram marcadas por tensões, negociações e adaptações entre autoridades públicas, médicos, religiosos e população. Em vez de uma substituição abrupta de modelos, observa-se um processo gradual de convivência entre diferentes formas de compreender e organizar a morte, no qual práticas tradicionais e novos paradigmas sanitários coexistiram por décadas.

Nesse cenário, a criação do Cemitério da Consolação, inaugurado em 1858, representou um marco na reorganização das práticas funerárias paulistanas, simbolizando a transição entre os enterramentos realizados em espaços religiosos e a implantação de um modelo de sepultamento associado às políticas de urbanização e de saúde pública (Fuchs, 2019, p. 105; Camargo, 2007, p. 78). A escolha de sua localização seguiu critérios técnicos vinculados às concepções higienistas da época, privilegiando áreas elevadas,



arejadas e afastadas do núcleo urbano consolidado (Garcia, 2006, p. 55). Esses critérios revelam a crescente importância do saber técnico e científico na organização do espaço urbano, que passa a ser planejado segundo princípios considerados racionais e preventivos.

Inicialmente concebido como um espaço destinado ao sepultamento de diferentes grupos sociais, o cemitério rapidamente passou a refletir as desigualdades existentes na sociedade paulistana. Ao longo do tempo, setores mais valorizados passaram a ser ocupados pelas elites urbanas, que construíram mausoléus, capelas funerárias e monumentos de grande valor artístico, funcionando como marcadores de prestígio social e poder econômico (Motta, 2023, p. 22; Rodrigues, 1997, p. 88). Esse processo evidencia que o espaço funerário não era neutro, mas profundamente atravessado por disputas simbólicas e materiais.

A possibilidade de aquisição de sepulturas perpétuas desempenhou papel central nesse processo, ao introduzir uma dimensão patrimonial no espaço funerário e transformar o local de sepultamento em um bem simbólico transmissível entre gerações (Fuchs, 2019, p. 133). O cemitério, assim, passou a estruturar relações sociais duradouras entre os vivos, funcionando como extensão da lógica de propriedade e herança também no campo da morte.

As camadas populares, por sua vez, enfrentavam maiores dificuldades de acesso aos espaços mais valorizados, devido às taxas elevadas para aquisição e manutenção de sepulturas permanentes, sendo frequentemente destinadas a áreas menos prestigiadas ou a sepultamentos temporários (Motta, 2023, p. 24). Esse processo contribuiu para o apagamento simbólico de parte dessas memórias, uma vez que a ausência de estruturas duradouras implicava maior vulnerabilidade ao desaparecimento físico e histórico das sepulturas.

A monumentalidade dessas construções contrastava com a simplicidade dos sepultamentos populares, reforçando visualmente as diferenças sociais e consolidando uma hierarquização espacial da morte (Rodrigues, 1997, p. 95; Fuchs, 2019, p. 140). Essa distinção não era apenas material, mas também simbólica, na medida em que definia quais vidas seriam lembradas e quais seriam progressivamente esquecidas.

Além da hierarquização espacial, o cemitério também se tornou um espaço de construção de memória pública. Com o tempo, iniciativas de preservação passaram a



reconhecer o Cemitério da Consolação como importante local de memória da cidade, valorizando esculturas, monumentos e personagens históricos ali sepultados (Martins, 2020, p. 25). Ainda assim, essa valorização privilegiou figuras de maior projeção social, mantendo invisibilizadas as camadas populares e reforçando uma memória urbana seletiva.

Dessa forma, a organização espacial e simbólica do cemitério revela aspectos centrais das transformações sociais, urbanas e culturais que marcaram São Paulo no século XIX. Nesse sentido, ele pode ser compreendido como uma verdadeira “cartografia social da morte”, onde a cidade dos vivos encontra continuidade e espelhamento na cidade dos mortos.

3. A criação do Cemitério da Consolação

A implementação do Cemitério da Consolação, na cidade de São Paulo, ao longo da segunda metade do século XIX, esteve diretamente associada às transformações urbanas, às preocupações sanitárias e às mudanças nas concepções culturais sobre a morte. Esse processo deve ser entendido no interior de uma conjuntura mais ampla de modernização das cidades brasileiras, marcada pela crescente intervenção do Estado na organização do espaço urbano e pela difusão de novos saberes médicos e administrativos. O crescimento demográfico da cidade e a recorrência de epidemias, como a varíola na década de 1850, evidenciaram os limites das práticas funerárias tradicionais, especialmente os sepultamentos realizados no interior das igrejas ou em seus arredores, que passaram a ser percebidos como potenciais focos de contaminação (Bertolli Filho, 1999, p. 40; Camargo, 2007, p. 68). Nesse contexto, a morte passa a ser progressivamente enquadrada como questão de saúde pública e de gestão urbana.

Até então, os enterramentos em igrejas constituíam prática dominante na sociedade paulistana, estando profundamente vinculados a concepções religiosas. A proximidade com o espaço sagrado não apenas garantia prestígio simbólico, mas também reforçava vínculos espirituais e comunitários (Rodrigues, 1997, p. 42; Reis, 1991, p. 72).

A Igreja Católica exerceu papel central na organização das práticas funerárias na sociedade brasileira do século XIX. Além de orientar espiritualmente os fiéis, era responsável por grande parte dos rituais relacionados à morte, desde a administração dos sacramentos aos enfermos até a realização das cerimônias fúnebres e das missas em



sufrágio das almas. O enterramento em igrejas ou em seus arredores constituía uma prática amplamente difundida, pois a proximidade com os espaços sagrados era compreendida como uma forma de proteção espiritual e de fortalecimento dos vínculos entre os vivos e os mortos. Nesse contexto, a morte não era concebida apenas como um evento biológico, mas como uma passagem que exigia acompanhamento religioso e ritual adequado (Camargo, 2007 p.75).

A importância da Igreja também se manifestava por meio das irmandades religiosas, instituições que desempenhavam funções assistenciais e funerárias. Essas associações organizavam procissões, acompanhavam enterros, promoviam missas pelos falecidos e garantiam sepultamento digno aos seus membros. A participação nessas irmandades fortalecia laços de pertencimento social e religioso, tornando os ritos funerários momentos de expressão da fé e da identidade coletiva. Assim, a experiência da morte encontrava-se profundamente integrada à vida religiosa cotidiana da população paulistana.

Por essa razão, as medidas que determinaram a transferência dos enterramentos para cemitérios públicos extramuros foram recebidas com desconfiança por diversos setores da sociedade. Embora justificadas pelas autoridades com base em argumentos sanitários, essas mudanças foram interpretadas por parte da população como uma limitação da influência da Igreja sobre práticas tradicionalmente associadas ao universo religioso. A criação do Cemitério da Consolação representou, portanto, não apenas uma transformação urbana e administrativa, mas também uma redefinição das relações entre religião, morte e espaço na cidade de São Paulo. Além disso, a escolha de sua localização esteve alinhada aos princípios higienistas que defendiam a implantação de cemitérios em áreas elevadas, ventiladas e afastadas das zonas mais densamente ocupadas da cidade (Garcia, 2006 p.93).

Com o avanço das ideias higienistas, essas práticas passaram a ser criticadas por médicos e autoridades públicas, que as associavam à insalubridade e à propagação de doenças. O discurso médico-sanitário defendia a reorganização do espaço urbano com base em critérios considerados racionais e científicos, deslocando atividades vistas como nocivas para áreas periféricas da cidade. Esse movimento não se restringia ao campo da saúde, mas fazia parte de um projeto mais amplo de disciplinamento da vida urbana, no



qual o Estado buscava intervir tanto nos espaços físicos quanto nas práticas sociais. (Montragolo, 2013, p. 97).

Esse deslocamento evidencia o fortalecimento do Estado na gestão da vida urbana e na regulação das práticas sociais ligadas à morte, ao mesmo tempo em que redefine as fronteiras entre autoridade religiosa e autoridade civil.

A escolha do terreno destinado ao novo cemitério seguiu critérios técnicos alinhados às concepções sanitárias da época. Áreas elevadas, ventiladas e afastadas dos centros urbanos eram consideradas ideais para evitar a concentração de gases provenientes da decomposição orgânica, conforme defendiam as teorias miasmáticas então vigentes (Garcia, 2006, p. 60). Esse conjunto de ideias revela como o conhecimento médico e científico passou a exercer forte influência sobre decisões urbanísticas, redefinindo a relação entre natureza, cidade e corpo humano. Nesse processo, pareceres técnicos, como os elaborados por Carlos Rath³, contribuíram para legitimar a escolha da região da Consolação, evidenciando a crescente autoridade do saber especializado na organização do espaço urbano.

A inauguração do cemitério, em 1858, não representou apenas a criação de um novo espaço de sepultamento, mas simbolizou a institucionalização de uma nova forma de gestão da morte. O ritual de bênção religiosa realizado na ocasião evidencia a permanência de elementos tradicionais, revelando que a transição entre o modelo eclesiástico e o modelo público não ocorreu de forma abrupta, mas por meio de acomodações e continuidades (Rodrigues, 1997, p. 75). Essa convivência entre práticas antigas e novas formas de organização demonstra a complexidade das transformações culturais em curso, nas quais ruptura e permanência coexistem de maneira simultânea.

A consolidação do cemitério como principal espaço de enterramento da cidade esteve associada à implementação de medidas restritivas aos sepultamentos em igrejas e à crescente intervenção do poder público na regulamentação das práticas funerárias. Esse processo, entretanto, não se deu sem resistências. Irmandades religiosas e setores da população manifestaram oposição à transferência dos enterramentos para um espaço controlado pela administração municipal, evidenciando tensões entre tradição religiosa,

³ Carlos Rath foi um técnico/engenheiro que atuou em São Paulo no século XIX, ligado a estudos e pareceres sobre obras urbanas. No contexto da criação do Cemitério da Consolação, participou da avaliação do terreno destinado ao cemitério. Suas recomendações seguiam critérios higienistas da época, como ventilação, altitude e afastamento do centro urbano.



práticas comunitárias e racionalidade administrativa (Reis, 1991, p. 110). Essas resistências mostram que a mudança não foi apenas técnica ou sanitária, mas também cultural e simbólica.

Em contraste, as camadas populares foram progressivamente relegadas a áreas menos valorizadas ou a sepultamentos temporários, evidenciando as limitações impostas por fatores econômicos. A organização do espaço funerário, nesse sentido, não apenas refletia desigualdades sociais, mas também contribuía para sua reprodução, ao estabelecer distinções duradouras entre diferentes grupos sociais no próprio espaço da morte (Motta, 2023, p. 21). A ausência de condições materiais para preservação das sepulturas reforçava ainda mais essa desigualdade, tornando a memória dos setores populares mais vulnerável ao desaparecimento.

A presença de figuras de destaque social entre os primeiros sepultamentos, como Domitila de Castro Canto e Melo, reforçou o caráter simbólico do cemitério como espaço de prestígio e projeção social. A monumentalização dessas sepulturas não apenas preservava a memória individual, mas também contribuía para consolidar uma memória seletiva, na qual determinados grupos sociais adquiriam maior visibilidade na paisagem urbana da morte (Martins, 2020, p. 28). Dessa forma, o cemitério também funcionava como espaço de construção de narrativas históricas privilegiadas.

4. Hierarquização social no espaço funerário

A organização espacial do Cemitério da Consolação, ao longo do século XIX, revela de maneira evidente como as estruturas de poder e as desigualdades sociais da sociedade paulistana se manifestavam também no espaço funerário. Esse tipo de leitura parte da compreensão de que o espaço urbano não é neutro, mas produzido socialmente, incorporando e reproduzindo relações de hierarquia. Longe de constituir apenas um local destinado ao sepultamento, o cemitério passou a funcionar como um espaço simbólico de afirmação de status social, no qual a localização das sepulturas, a monumentalidade dos túmulos e os materiais utilizados refletiam as distinções econômicas e sociais existentes na cidade (Rodrigues, 1997, p. 95; Fuchs, 2019, p. 128). Nesse sentido, a morte não suspende as hierarquias sociais, mas frequentemente as reorganiza sob novas formas de visibilidade.



Nos primeiros anos de funcionamento, o cemitério foi concebido como um espaço destinado ao sepultamento de diferentes grupos sociais, sem uma divisão espacial rigidamente estabelecida. Contudo, à medida que a cidade se expandia e que as elites urbanas buscavam afirmar sua posição social, o espaço funerário passou a apresentar uma organização cada vez mais hierarquizada. Esse processo acompanha a própria consolidação da sociedade urbana paulistana, marcada pelo crescimento econômico, pela diversificação das elites e pelo aumento das disputas por prestígio simbólico. Determinadas áreas tornaram-se associadas às famílias de maior prestígio econômico e político, enquanto setores menos valorizados passaram a concentrar os sepultamentos das camadas populares (Motta, 2023, p. 17).

Entre os espaços mais valorizados destacavam-se as áreas voltadas para a atual Rua da Consolação, cuja localização proporcionava maior visibilidade e prestígio. A escolha desses locais revela uma lógica de ocupação que não era apenas funcional, mas também profundamente simbólica: a proximidade do acesso principal implicava maior exposição pública e, conseqüentemente, maior reconhecimento social. Em uma sociedade fortemente marcada por códigos de visibilidade e distinção, estar “à vista” equivalia a permanecer socialmente presente. Nessas regiões foram construídos mausoléus monumentais e túmulos elaborados, frequentemente produzidos com materiais importados e adornados com esculturas, inscrições e elementos arquitetônicos sofisticados. Muitas dessas obras eram encomendadas a escultores e arquitetos de renome, transformando parte do cemitério em um espaço de expressão artística e afirmação simbólica de poder (Martins, 2020, p. 35).

Essas construções não tinham apenas função funerária. Ao erguer túmulos monumentais, as famílias mais influentes buscavam perpetuar sua memória e afirmar sua posição social de forma visível e permanente, projetando sua identidade para além da morte. A monumentalidade dessas estruturas funcionava como forma de distinção que ultrapassava a morte, tornando visível no espaço urbano o prestígio acumulado em vida. Nesse sentido, o cemitério operava como extensão da cidade dos vivos, onde a lógica da visibilidade social permanecia central, reforçando a continuidade entre poder em vida e memória após a morte (Rodrigues, 1997, p. 96).

Em contraste, as áreas destinadas às camadas populares apresentavam características bastante distintas. Localizadas em setores menos visíveis e menos



valorizados, eram ocupadas por sepulturas simples, muitas vezes marcadas apenas por cruzes de madeira ou estruturas rudimentares de pedra. Essa simplicidade material não deve ser interpretada apenas como ausência de recursos, mas também como resultado de uma estrutura desigual de acesso ao próprio espaço da memória. A ausência de ornamentação refletia não apenas limitações econômicas, mas também um processo de marginalização simbólica, no qual determinados grupos sociais tinham sua presença progressivamente diluída (Fuchs, 2019, p. 136).

A manutenção desses setores também era mais precária, contribuindo para o desaparecimento gradual de muitos desses sepultamentos ao longo do tempo. Túmulos simples eram frequentemente removidos ou substituídos, seja por falta de recursos, seja por reorganizações internas do espaço cemiterial. Esse processo reforça a ideia de que a memória não é apenas um dado cultural, mas depende diretamente de condições materiais de preservação, sendo também objeto de seleção social e institucional (Motta, 2023, p. 23). Em outras palavras, aquilo que permanece visível no espaço funerário é também aquilo que foi socialmente mais protegido.

Os mausoléus eram concebidos como estruturas permanentes, construídas com materiais duráveis e decorados com esculturas, relevos e inscrições que celebravam a trajetória dos indivíduos ali enterrados. Essas construções não se limitavam ao registro da morte, mas funcionavam como dispositivos de produção de memória social, projetando narrativas familiares e consolidando identidades coletivas. Assim, o túmulo monumental se torna também um discurso sobre poder, continuidade e legitimidade social (Martins, 2020, p. 30).

Esse processo contribuiu para transformar o espaço funerário em um ambiente profundamente marcado por distinções sociais, no qual a morte não suspendia as hierarquias, mas as reorganizava sob outras formas. A disposição das sepulturas, a qualidade dos materiais e o grau de monumentalidade tornaram-se indicadores visíveis da posição social dos indivíduos, reproduzindo no espaço da morte as hierarquias da sociedade dos vivos (Rodrigues, 1997, p. 101; Fuchs, 2019, p. 142). O cemitério, nesse sentido, pode ser entendido como uma espécie de “espelho social”, no qual as estruturas da vida urbana se tornam permanentemente inscritas na paisagem.

Além disso, essa organização não apenas refletia desigualdades existentes, mas também contribuía para sua naturalização. Ao transformar diferenças sociais em



diferenças espaciais duradouras, o cemitério reforçava a percepção de que tais hierarquias faziam parte da ordem social. A repetição dessas distinções no espaço público da morte acabava por conferir a elas uma aparência de inevitabilidade histórica. O espaço funerário, assim, participava ativamente da produção e legitimação dessas distinções, operando como mecanismo de fixação simbólica das desigualdades.

5. Conflitos e resistências

A análise das transformações nas práticas funerárias e da organização espacial do Cemitério da Consolação ao longo do século XIX evidencia que o espaço da morte esteve profundamente articulado às dinâmicas sociais, urbanas e culturais da cidade de São Paulo. Nesse sentido, o controle sobre os mortos acompanhava um movimento maior de controle sobre a cidade viva, suas práticas e seus corpos.

A transferência dos sepultamentos das igrejas para um espaço público e regulamentado não implicou ruptura completa com práticas tradicionais, mas sua reconfiguração. Elementos religiosos e simbólicos permaneceram presentes, ao mesmo tempo em que novas formas de controle administrativo e organização espacial passaram a estruturar o espaço funerário (Rodrigues, 1997, p. 69). Esse processo evidencia a convivência entre permanências e transformações, marcada por tensões constantes entre modernização e tradição, ciência e religiosidade, autoridade civil e poder eclesiástico.

É importante notar que essas mudanças não ocorreram de forma pacífica ou consensual. Em muitas situações, a própria população interpretava a nova legislação funerária como uma ruptura indevida com costumes consolidados há séculos. O enterro próximo às igrejas não era apenas uma prática utilitária, mas um elemento central da religiosidade cotidiana, associado à proteção da alma, ao vínculo comunitário e à continuidade entre vivos e mortos (Reis, 1991, p. 95). A retirada desses rituais do espaço sagrado, portanto, não significava apenas mudança física, mas uma alteração profunda nas formas de experimentar a morte.

O próprio funcionamento do cemitério contribuiu para a construção de silêncios históricos, limitando a preservação das trajetórias de indivíduos pertencentes às camadas subalternas (Motta, 2023, p. 21). Essa desigualdade não se expressava apenas na forma dos túmulos, mas também na capacidade de permanência da memória no espaço urbano.



Dessa forma, o estudo do Cemitério da Consolação permite compreender como o espaço funerário operou como instrumento de reprodução das desigualdades sociais, articulando dimensões materiais e simbólicas na construção de hierarquias duradouras. A morte, longe de representar nivelamento entre indivíduos, configurou-se também como campo de disputas por prestígio, memória e reconhecimento social, no qual visibilidade e permanência dependem da posição ocupada em vida. Em outras palavras, morrer não eliminava a hierarquia — apenas a reorganizava em novas formas de inscrição espacial.

Por fim, ao articular práticas funerárias, organização espacial e hierarquização social, este artigo contribui para o debate historiográfico sobre a morte no Brasil, reforçando a necessidade de compreender os cemitérios como espaços ativos na produção das relações sociais. Mais do que cenários passivos, esses espaços participam da construção da ordem social, materializando diferenças e naturalizando hierarquias. Nesse sentido, a análise do Cemitério da Consolação evidencia como as estruturas de poder ultrapassam a vida e se projetam de forma duradoura no espaço da morte, consolidando distinções inscritas na paisagem urbana e na memória coletiva da cidade.

Considerações finais

A evolução do espaço funerário na cidade de São Paulo ao longo do século XIX revela um processo complexo marcado por profundas transformações sociais, urbanísticas e culturais. O estudo dessas mudanças permite compreender não apenas a reorganização das práticas funerárias, mas também as dinâmicas de hierarquização social, territorialização do espaço urbano, exclusão das camadas populares e progressiva secularização da morte (Rodrigues, 1997, p. 67; Fuchs, 2019, p. 102). Esses processos evidenciam tensões sociais persistentes, disputas por espaço e poder, bem como a construção de uma memória coletiva atravessada por mecanismos simultâneos de inclusão e marginalização, nos quais a cidade moderna vai se estruturando também a partir daquilo que decide lembrar e esquecer.

Um dos marcos centrais dessas transformações foi a criação do Cemitério da Consolação, em um contexto de expansão demográfica e crescente influência dos discursos médico-higienistas, que defendiam o afastamento dos sepultamentos das áreas habitadas (Camargo, 2007, p. 60; Bertolli Filho, 1999, p. 42). Nesse cenário, o poder público passou a associar de forma cada vez mais direta a gestão da morte às políticas de



saúde e ao ordenamento urbano, evidenciando a racionalização crescente da cidade e a tentativa de disciplinar práticas antes ligadas ao universo religioso e comunitário.

Até as primeiras décadas do século XIX, os sepultamentos estavam profundamente vinculados às práticas religiosas católicas, sendo realizados no interior das igrejas ou em seus arredores (Reis, 1991, p. 70). A promulgação da lei de 1º de outubro de 1828 representou um ponto de inflexão ao transferir às câmaras municipais a responsabilidade pela criação de cemitérios públicos extramuros (Camargo, 2007, p. 64). Ainda assim, essa mudança normativa não ocorreu sem resistências, pois os enterramentos em espaços religiosos eram vistos como garantia de proteção espiritual, pertencimento comunitário e continuidade simbólica entre vivos e mortos (Reis, 1991, p. 102). Ou seja, não se tratava apenas de hábito, mas de uma forma estruturante de compreender a própria relação com a morte.

A interdependência entre Igreja e poder público permaneceu significativa durante o período. Mesmo com a criação dos cemitérios públicos, rituais funerários continuaram a envolver práticas religiosas, revelando que a transição ocorreu de forma gradual e marcada por acomodações institucionais e simbólicas (Rodrigues, 1997, p. 77). Na prática, o que se observa é menos uma substituição completa e mais uma convivência tensa entre modelos distintos de gestão da morte.

Os cemitérios passaram também a desempenhar papel central na construção da memória urbana, funcionando como espaços de expressão simbólica e afirmação social (Motta, 2023, p. 14). No caso paulistano, o Cemitério da Consolação rapidamente deixou de ser um espaço homogêneo, passando por um processo de diferenciação interna no qual elites urbanas ocuparam áreas mais valorizadas e visíveis, marcadas por túmulos monumentais (Fuchs, 2019, p. 123; Rodrigues, 1997, p. 89). Esse processo reforça a ideia de que o espaço urbano não é neutro, mas produzido socialmente a partir de relações de poder.

Nesse processo, o espaço funerário tornou-se uma arena de disputas simbólicas relacionadas à memória e ao prestígio social. A monumentalização das sepulturas, com esculturas e obras de arte funerária, funcionava como mecanismo de afirmação de status e de permanência da memória familiar no espaço urbano (Martins, 2020, p. 27). Em muitos casos, essa monumentalidade extrapolava a função funerária e se aproximava de



uma linguagem de representação pública, quase como uma extensão material da posição social ocupada em vida.

Em contraste, as camadas populares foram progressivamente relegadas a áreas menos valorizadas, com sepulturas simples e precárias, o que evidenciava uma clara assimetria na organização do espaço funerário (Motta, 2023, p. 20). Essa diferenciação consolidou uma verdadeira topografia social da morte, na qual a possibilidade de aquisição de jazigos perpétuos tornou-se um privilégio restrito às elites (Fuchs, 2019, p. 135). O espaço cemiterial, assim, não apenas refletia desigualdades, mas também ajudava a fixá-las de forma duradoura.

Essa organização também se refletiu na produção desigual da memória. A preservação das trajetórias sociais passou a ser seletiva, privilegiando figuras de maior projeção pública, enquanto indivíduos das camadas populares foram progressivamente apagados dos registros históricos e da paisagem funerária (Rodrigues, 1997, p. 104). A memória, nesse sentido, não aparece como algo natural ou neutro, mas como resultado de escolhas sociais que definem quem merece ser lembrado e quem pode ser esquecido.

A ausência de monumentos duradouros e a precariedade das sepulturas simples contribuíram para o desaparecimento progressivo dessas memórias, produzindo silêncios históricos que extrapolam o campo material e atingem a própria construção da memória coletiva. Esses silêncios, muitas vezes invisíveis na paisagem atual, fazem parte da própria história da cidade e revelam como a desigualdade também opera no tempo, não apenas no espaço.

As transformações observadas no Cemitério da Consolação refletem mudanças mais amplas nas práticas funerárias e na organização urbana do século XIX, marcadas pela valorização de túmulos individuais e pela consolidação de preocupações higienistas (Camargo, 2007, p. 72; Fuchs, 2019, p. 140). Nesse contexto, os cemitérios passam a integrar ativamente a lógica da cidade moderna como espaços de representação social, controle e produção de memória.

Dessa forma, o estudo do espaço funerário permite compreender como as desigualdades sociais também se projetam sobre o universo da morte. A localização das sepulturas, a monumentalidade dos túmulos e à preservação seletiva da memória revelam que os cemitérios não são apenas locais de sepultamento, mas espaços nos quais se expressam relações de poder, disputas simbólicas e hierarquias sociais, reproduzindo na



paisagem urbana da morte as estruturas da sociedade dos vivos. Nesse sentido, a morte não aparece como ruptura da ordem social, mas como uma de suas formas mais duráveis de continuidade.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para sua eleição. Rio de Janeiro, 1828.
- CAMARGO, Luís Soares de. *Cemitérios e cidade: a reforma dos espaços funerários no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2007.
- CAMARGO, Luís Soares de. *Viver e morrer em São Paulo: a vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2007.
- FUCHS, Felipe. *Cemitérios e memória urbana: práticas funerárias e espaço na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2019.
- GARCIA, Valéria Eugênia. *Locais altos, arejados e arborizados: a escolha de espaços para cemitérios no século XIX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *História e arte no Cemitério da Consolação*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.
- MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 38, n. 111, 2023.
- MONTRAGOLO, Breno Henrique Selmine. *Formas de bem morrer em São Paulo: práticas funerárias e cultura da morte no século XIX*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.